

ANEXO V

FORMA DE ANÁLISE DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

DISPENSA ELETRÔNICA

(Processo Administrativo n.º 23289.000387/2026-68)

Preâmbulo: está estabelecida a forma de análise para o processo de contratação de Inspetor de Aluno para o Instituto Federal de Sergipe, campus São Cristóvão – ANO 2026 por meio do que segue:

Observação nº1: Considerando a inexistência de Convenção Coletiva de Trabalho ou piso profissional específico aplicável ao cargo de Inspetor de Alunos no Estado de Sergipe, adotou-se como salário-base o salário mínimo nacional vigente, calculado de forma proporcional considerando a jornada de 26 horas e 6 horas suplementares semanais, nos termos do art. 58-A da CLT, observados os princípios da legalidade, economicidade e da vedação ao enquadramento sindical por analogia.

Observação nº 2: para a quantidade média de dias trabalhados no mês por empregado, utilizaremos os valores numéricos abaixo:

- **Para o cargo de Inspetor de Aluno (Campus São Cristóvão) quando a jornada de 26 horas:** 16,66 dias, resultado do cálculo: 200 dias divididos por 12 meses, foram excluídos sextas, sábados, domingos e os seguintes feriados:

Ano Novo / Confraternização Universal	1º de janeiro
Terça-feira de Carnaval	9 de fevereiro

Sexta-feira Santa	26 de março
Tiradentes	21 de abril
Corpus Christi	4 de junho
São João	24 de junho
São Pedro	29 de junho
Autonomia de Sergipe	8 de julho
Independência do Brasil	7 de setembro
Padroeira de São Cristóvão	8 de setembro
Nossa Senhora Aparecida	12 de outubro
Finados	2 de novembro
Dia da Consciência Negra	20 de novembro
Natal	25 de dezembro

Estes valores serão adotados como padrão para todas as rubricas.

Observação nº 3: para que não haja arredondamentos tendo em vista que nossa unidade monetária só possui duas casas decimais, deve ser utilizada a função **TRUNCAR** em todos cálculos da planilha de custos.

Observação nº 4: O Instituto Federal de Sergipe utiliza-se da conta-vinculada como instrumento de garantia de direitos, logo a empresa a ser contratada precisa estar ciente dos percentuais a serem retidos nas contas, de acordo com a IN 05/2017 SEGES.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1. Alínea A (Salário-base)

O salário de R\$ 1.621,00 (salário mínimo) considera uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, como este cargo será de 26 horas semanais (jornada parcial conforme art. 58-A da CLT), matematicamente falando, consideraremos o salário base proporcional aos referidos R\$ 1.621,00. A fórmula utilizada será: $26/40 = 0,65$, o que equivale a 65% da

jornada semanal normal de trabalho. Portanto, consideraremos o salário base de R\$ 1.053,65 (65% de R\$ 1.621,00).

VALOR DA HORA NORMAL: $1053,65/130$: R\$ 8,105

2. Alínea B (Adicional noturno)

Base de cálculo: Salário-base

O cálculo foi realizado da seguinte forma: A partir do máximo de horas noturnas a serem trabalhadas por dia (7 horas literais e 8 horas noturnas), multiplica-se pela média de dias úteis mensal (16,66) para encontrar a quantidade média de horas noturnas trabalhadas no mês. Posteriormente, multiplica-se pelo valor da hora trabalhada (salário mínimo ÷ 200 horas) e a este resultado aplica-se a porcentagem de 20%.

VALOR DA HORA NOTURNA: $1053,65/130$: R\$ 8,105*120%: R\$ 9,726

3. Alínea C (Adicional de hora noturna reduzida)

Base de cálculo: Salário-base + adicional noturno

O cálculo é o seguinte: divide-se o salário base pelo divisor de horas mensais (130) atingindo assim o valor da hora mensal normal. Após, aplica-se o adicional de 20% referente ao contexto noturno e por fim multiplica-se pela quantidade de horas média mensal trabalhadas (16,66 dias, 1h por dia, 16,66 horas por mês).

VALOR DA HORA NOTURNA REDUZIDA: $1053,65/130$: R\$ 8,105*120%: R\$ 9,726

4. Alínea D (Horas suplementares)

Base de cálculo: Salário-base + adicional noturno

O cálculo é o seguinte: divide-se o salário base pelo divisor de horas mensais (130) atingindo assim o valor da hora mensal normal. Após, aplica-se o adicional de 20% referente ao contexto noturno e por fim multiplica-se pela quantidade de horas média mensal trabalhadas (16,66 dias, 1h por dia, 16,66 horas por mês).

Após, aplica-se o percentual de 50% sobre o valor da hora noturna, chegando-se assim à hora-extra noturna.

. VALOR DA HORA-EXTRA NOTURNA: $1053,65/130$: R\$ 8,105*120%: R\$ 9,726 *
150%: R\$ 14,589

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

2.1 Alíneas A (13º Salário) e B (Férias e Adicional de Férias)

Base de cálculo: Módulo 1 (exceto Intrajornada)

Os percentuais para o campo 13º salário, férias e adicional de férias devem corresponder aos estabelecidos pela Constituição Federal.

Para calcular esse submódulo, vamos entender qual a diferença entre a previsão da rubrica “Férias” no Submódulo 2.1 (13º salário, férias e adicional de férias) e no Submódulo 4.1 (Ausências legais). (Fonte de pesquisa: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos).

Ressalta-se a nota explicativa que inaugura o Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente, presente no Anexo VII-D da IN nº 05/2017.

"Módulo 4 -Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intrajornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço."

Ou seja, as rubricas constantes no Submódulo 4.1 – Ausências Legais (Férias, licença- paternidade, afastamento maternidades, etc) não se referem aos custos relacionados a esses direitos, mas sim aos custos relativos ao pagamento dos profissionais- repositores que irão cobrir a ausência dos empregados residentes que encontrar-se-ão naquelas situações.

Portanto, não se pode confundir a rubrica para pagamento de cobertura de férias do empregado residente (provisionado no Submódulo 4.1 – Ausências Legais), com o valor necessário ao pagamento do direito de férias e adicional de 1/3 Constitucional, previstos no Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.

Assim, o provisionamento realizado no Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias, destina-se a realizar a reserva financeira necessária para a

quitação desses direitos em relação ao empregado residente, ou seja, aquele considerado sob regime de mão de obra exclusiva - empregados da contratada que ficam à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços. (MPDG, FAC, 2018, grifo nosso)

Assim, as alíneas A e B do submódulo 2.1 terão os seguintes percentuais:

13º salário	8,33% = $(1/12)$
Férias e Adicional de Férias	11,11% = $(1/12 + (1/3 * 1/12))$

A planilha foi desenhada considerando um contrato administrativo que não irá ser renovado. Em sendo renovado, a alínea B do módulo 2.1 terá sua descrição alterada de "Férias e Adicional de Férias" para "Adicional de Férias" e terá percentual equivalente a 2,77%. Em contrapartida, para os cargos onde há previsão de substituto, a alínea A do módulo 4.1, até então zerada, terá seu percentual alterado para 8,22%, objetivando arcar com as despesas referentes ao substituto no período máximo de 30 dias.

Dessa forma, caso a Administração não renove o contrato previsto inicialmente para 12 meses, a planilha já estaria preparada para arcar com as despesas oriundas dos percentuais referentes às férias, por mais que o período concessivo destas só iniciasse após a finalização do contrato administrativo.

2.2. Encargos Previdenciários - GPS, Fundo de Garantia (FGTS) e outras contribuições

Base de cálculo: Módulo 1 (exceto Intra jornada) + Submódulo 2.1

Os percentuais devem corresponder aos exigidos legalmente e o fator acidentário de prevenção (FAP) deve ser apresentado como GFIP ou FAPWEB.

Utilizando as orientações do Caderno Técnico de Limpeza do Ministério da Economia, ano 2019, os percentuais para este módulo seriam:

ITEM	PERCENTUAIS
INSS	20,00%

Salário-Educação	2,50%
FAP AJUSTADO*	6,00%
SESC ou SESI	1,50%
SENAI/SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%

*considerando um índice de 2,0 e o percentual de 3% relacionado à atividade.

Caso o licitante seja optante pela desoneração da folha de pagamento e a fim de cumprir o que determina a Lei nº 14.973/2024, que estabelece o regime de transição da CPRB para a contribuição previdenciária, a alínea A, referente ao INSS, deve conter a alíquota correspondente ao ano de 2026 (50% das alíquotas previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991), conforme tabela abaixo, elaborada com base no inciso I do art.9º-A da Lei 14.973/2024:

Alíquotas de transição e base de cálculo (Lei nº 14.973/2024)		
17 Setores da Economia	2026	
	Receita Bruta (60%)	Folha de Pagamento (50%)
Serviços de TI e TIC	2,7%	10%
Obras de construção civil	2,7%	10%
Obras de infraestrutura	2,7%	10%
Call center	1,8%	10%
Transporte coletivo rodoviário de passageiros	1,2%	10%
Transporte ferroviário de passageiros	1,2%	10%
Transporte metroviário de passageiros	1,2%	10%
Carnes em geral e peixes	0,6%	10%
Empresas jornalísticas e de radiodifusão	0,9%	10%
Transporte rodoviário de cargas	0,9%	10%

Vestuário usado	0,9%	10%
Calçados	0,9%	10%
Vans e ônibus	0,9%	10%
Caminhões especiais	1,5%	10%
Vestuário e materiais têxteis	1,5%	10%
Couros	1,5%	10%
Tubos, reservatórios, motores a pistão, caldeiras, turbinas, equipamentos de laboratório, guindastes, máquinas agropecuárias, diversos tipos de máquinas e ferramentas, equipamentos de ginástica	1,5%	10%

A desoneração da folha de pagamento pode ocorrer nas seguintes situações:

a) Empresas que realizam atividades mistas (com desoneração e sem desoneração) enquadradas nas normas da desoneração por código CNAE: quando a receita da atividade cujo código CNAE se enquadrar nos artigos 7º e/ou 8º da lei nº 12.546/2011 for preponderante em relação à receita bruta total, o cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) será efetuado sobre 100% da receita bruta da empresa, o que por óbvio, incluirá a receita aferida com outras atividades secundárias da empresa. Nesta hipótese a empresa será considerada totalmente desonerada, devendo ser aplicadas as alíquotas da CPRB (coluna Receita Bruta da tabela) sobre a receita bruta e as alíquotas constantes da coluna “Folha de Pagamento” sobre o valor total da folha de pagamento. O valor devido será a soma da CPRB mais o valor da CPP calculada sobre a folha.

b) Empresas que realizam atividades mistas (com desoneração e sem desoneração) enquadradas nas normas da desoneração por atividade ou código NCM: há três hipóteses que podem acontecer:

I - se a atividade desonerada representar 95% ou mais da receita bruta total da empresa, a empresa irá considerar a desoneração em todas as suas atividades, seguindo a mesma lógica das empresas enquadradas por código CNAE;

II - se a atividade desonerada representar 5% ou menos da receita bruta total, a

lei a considera tão pouco significativa, que não poderá se beneficiar do instituto da desoneração;

III - quando a receita bruta da atividade não desonerada for superior a 5% e inferior a 95% da receita bruta total da empresa a lei determina uma sistemática de ponderação. As empresas recolhem a alíquota de CPRB (coluna Receita Bruta da tabela) e a alíquota de CPP (Contribuição Previdenciária Patronal) constantes da coluna “Folha de Pagamento” sobre o valor total da folha de pagamento apenas sobre a receita bruta da atividade desonerada. Quanto à parcela da receita bruta das atividades não sujeitas à CPRB está mantida a redução da base de cálculo, para a aplicação da alíquota cheia de 20%, relativa à quota patronal, equivalente à percentagem representada pelas receitas não sujeitas à CPRB e a receita bruta total. O valor total a ser recolhido pelo contribuinte como contribuição previdenciária será igual à soma do: (a) valor CPRB + CPP e (b) valor da CPP proporcional.

Em qualquer das hipóteses, caso a licitante seja optante pela desoneração da folha de pagamento, deverá apresentar a seguinte documentação para análise do seu enquadramento no benefício: Declaração de recolhimento da CPRB, registros contábeis e DRE- Demonstrativo de Resultado do Exercício anterior, notas fiscais declaradas e/ou contratos firmados e comprovante de entrega e declaração da EFD-Reinf.

2.3 Benefícios Mensais e Diários

1. Alínea A (Custo com deslocamento do profissional)

O custo com deslocamento só poderá compor a planilha quando tiver normativo específico de cada município estabelecendo esse direito. Em sua inexistência, este campo deverá vir zerado. Multiplicamos o valor da passagem pela quantidade de passagens a serem utilizadas no dia e este pela quantidade média de dias a serem trabalhadas no mês. Deste resultado subtraímos o valor devido ao funcionário de 6% sobre o salário base.

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Nesse módulo são utilizados índices probabilísticos a serem aplicados sobre a base de cálculo definida individualmente e, por causa disso, os itens de custo são conhecidos como “custos gerenciáveis”. Todavia, deve-se destacar que os parâmetros aqui tratados correspondem ao percentual máximo que o IFS deve pagar para cada item. Assim, salienta-se mais uma vez que esses itens são prévios à licitação, pois no momento da apresentação da proposta pela empresa vencedora esses índices podem vir com percentuais diferentes, baseados em seu histórico de incidência.

1. Alínea A (Aviso Prévio Indenizado)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2.1 + FGTS

Indicaremos percentual de 0,42% (que corresponde a estimativa de 5% de API divididos por 12 meses).

2. Alíneas B (Aviso Prévio Trabalhado)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2.1 + Módulo 2.2

Inferimos que 95% dos trabalhadores se desligarão via aviso prévio trabalhado, já que indicamos o percentual de 5% para o API. Desta forma, indicaremos percentual de 1,85%, obtido através do seguinte cálculo:

$$\{[(100\% / 30) \times 7] / 12\} \times 95\% = 1,85\%$$

Onde:

100% = salário integral

30 = número de dias no mês

7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se

ausentar 12 = número de meses no ano

95% = APT

A fonte deste cálculo é TC-023.202/2014-9, TRT 6ª região. Importante destacar que, se considerar 100% de APT, 1,94% será o valor máximo a ser apostado a título de aviso trabalhado, aplicando o percentual de forma proporcional.

3. Alínea C (Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado)

Base de cálculo: Aviso Prévio Trabalhado (alínea B, módulo 3)

A multa do FGTS corresponde a 40% de determinada grandeza. Neste caso, o FGTS tem o percentual de 8%, multiplicando-os teríamos um percentual de 3,2% sobre a base de cálculo que é o valor atribuído ao aviso prévio trabalhado.

4. Alínea D (Multa sobre o FGTS)

Base de cálculo: FGTS (alínea H, submódulo 2.2)

A multa do FGTS corresponde a 40% de determinada grandeza. Esta alínea visa garantir este percentual sobre o valor que foi depositado na conta FGTS durante toda a execução do contrato. Assim, mês a mês, serão reservados 40% sobre o depósito mensal de FGTS.

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Não está prevista a reposição do profissional ausente nesta contratação.

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

1. Alínea A (Uniformes)

Deve ser inserido na planilha o valor referente aos uniformes dividido por 12 meses.

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

1. Alíneas A (Custos Indiretos) e B (Lucro)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

Percentuais que foram estimados pela Administração, por meio de pesquisa de preços, gerenciáveis pela empresa quando da edição da planilha de custos.

2. Alínea C (Tributos)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

A escolha pelo tipo de tributação deve estar vinculada a situação fiscal da empresa, se esta está encaixada no regime do lucro real, do lucro presumido ou do simples nacional. (Fonte: Caderno técnico MPDG). Para fins de estimativa, utilizou-se das alíquotas do lucro real, porém as empresas devem cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições, o que será diligenciado pela Administração.

Caso a licitante seja optante pela desoneração da folha de pagamento, deve preencher a alínea C.3 (Tributos Federais – CPRB) que incidirá sobre o custo total do empregado (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos indiretos + Lucro), aplicando-se a alíquota da respectiva atividade que foi desonerada, da mesma forma como se procedeu ao cálculo dos demais tributos.

Comissão para elaboração das Planilhas de Custos (Portaria nº 1246, de 30/04/2026)

Valdemar Alves da Costa Neto	Lorena de Souza Silva Medeiros